

RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7180, AINF nº 172011510000274-0, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7176, AINF nº 172011510000343-7, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7100, AINF nº 172011510000305-4, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7142, AINF nº 172011510000288-0, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7128, AINF nº 172011510000320-8, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7122, AINF nº 172011510000315-1, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7168, AINF nº 172011510000278-3, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7258, AINF nº 172011510000324-0, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7256, AINF nº 172011510000300-3, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7140, AINF nº 172011510000270-8, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7124, AINF nº 172011510000316-0, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7120, AINF nº 172011510000314-3, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7116, AINF nº 172011510000302-0, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7110, AINF nº 172011510000290-2, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7106, AINF nº 172011510000269-4, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7138, AINF nº 172011510000365-8, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7260, AINF nº 172011510000321-3, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7248, AINF nº 172011510000298-8, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7194, AINF nº 172011510000317-8, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7146, AINF nº 172011510000294-5, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7144, AINF nº 172011510000292-9, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7136, AINF nº 172011510000352-6, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7132, AINF nº 172011510000350-0, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7130, AINF nº 172011510000330-5, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7158, AINF nº 172011510000291-0, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7174, AINF nº 172011510000346-1, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7172, AINF nº 172011510000310-0, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7192, AINF nº 172011510000279-1, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7188, AINF nº 172011510000276-7, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7198, AINF nº 172011510000344-5, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7098, AINF nº 172011510000304-6, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7196, AINF nº 172011510000341-0, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7190, AINF nº 172011510000277-5, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7170, AINF nº 172011510000280-5, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7102, AINF nº 172011510000339-9, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7096, AINF nº 172011510000318-6, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7094, AINF nº 172011510000296-1, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7092, AINF nº 172011510000287-2, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7164, AINF nº 172011510000313-5, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7186, AINF nº 172011510000275-9, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7178, AINF nº 172011510000342-9, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7182, AINF nº 172011510000268-6, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7264, AINF nº 172011510000285-6, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7254, AINF nº 172011510000327-5, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7250, AINF nº 172011510000325-9, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7252, AINF nº 172011510000326-7, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7262, AINF nº 172011510000283-0, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7184, AINF nº 172011510000273-2, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7228, AINF nº 172011510000355-0, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7204, AINF nº 172011510000271-6, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7226, AINF nº 172011510000356-9, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7220, AINF nº 172011510000340-2, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7202, AINF nº 172011510000345-3, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7200, AINF nº 172011510000267-8, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7270, AINF nº 172011510000293-7, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7236, AINF nº 172011510000360-7, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7234, AINF nº 172011510000282-1, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7232, AINF nº 172011510000359-3, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7230, AINF nº 172011510000301-1, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7246, AINF nº 172011510000361-5, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7244, AINF nº 172011510000299-6, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7242, AINF nº 172011510000323-2, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7240, AINF nº 172011510000363-1, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7238, AINF nº 172011510000362-3, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7268, AINF nº 172011510000284-8, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7272, AINF nº 172011510000311-9, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7214, AINF nº 172011510000357-7, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7218, AINF nº 172011510000353-4, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7208, AINF nº 172011510000347-0, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7206, AINF nº 172011510000358-5, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7224, AINF nº 172011510000272-4, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7210, AINF nº 172011510000348-8, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 7222, AINF nº 172011510000354-2.

ANÚNCIO DE PAUTA DE JULGAMENTO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 377576

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS

FAZENDÁRIOS

ANÚNCIO DE PAUTA PARA JULGAMENTO

A Secretaria Geral torna público a (s) data (s) de julgamento do (s) recurso (s) abaixo, a ocorrer na sala de sessões do Tribunal, sito em Belém, na Av. Gentil Bittencourt, 2566, 3º andar, entre Trav. Castelo Branco e Av. José Bonifácio:
SEGUNDA CÂMARA PERMANENTE DE JULGAMENTO
Em 17/05/2012, às 08:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 6546, AINF nº 042009510000108-4, contribuinte RAINBOW TRADING IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, Insc. Estadual nº. 15215703-4

Em 17/05/2012, às 08:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 6550, AINF nº 042009510000111-4, contribuinte RAINBOW TRADING IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, Insc. Estadual nº. 15215703-4
Em 17/05/2012, às 08:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 6548, AINF nº 042009510000109-2, contribuinte RAINBOW TRADING IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, Insc. Estadual nº. 15215703-4
Em 17/05/2012, às 08:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 6526, AINF nº 012010510000042-8, contribuinte ORM CABO ANANINDEUA LTDA, Insc. Estadual nº. 15202571-5, advogado: LEONARDO ALCANTARINO MENESCAL, OAB/PA-11247.

ACÓRDÃOS

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 377296

ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS - TARF
SEGUNDA CÂMARA
ACORDAO N.3005- 2a. CPJ. RECURSO N.6522 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 092009510000264-0) CONSELHEIRO RELATOR: CLAUDIO HUMBERTO DUARTE BARBOSA. CONSELHEIRO RELATOR DESIGNADO: DANIEL NUNES LOPES. EMENTA: 1.ICMS - Auto de Infração. 2. Não se aplica a denúncia espontânea da infração na hipótese de descumprimento de obrigação acessória de entrega de declaração periódica. É a inteligência do art. 7º, § 1º da lei n. 6182/1998. 3. Entregar fora do prazo legal informação em meio magnético com registro fiscal das operações - SINTEGRA, constitui infração tributária e sujeita o infrator às penalidades legais. 4. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: POR MAIORIA DE VOTOS. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 26/04/2012. DATA DO ACÓRDÃO:26/04/2012. VOTO CONTRÁRIO: Conselheiro Cláudio Humberto Duarte Barbosa, pelo provimento do recurso, por entender que cabe a Denúncia Espontânea da infração sob o amparo do art. 138 do CTN.

ACORDAO N.3004- 2a. CPJ. RECURSO N.6558 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 372009510004249-9) CONSELHEIRO RELATOR: ROBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA. EMENTA: 1.ICMS - Auto de Infração. 2. Extrapola às atribuições do Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários - TARF, a apreciação de matéria que questione a constitucionalidade ou a validade da legislação tributária. É a inteligência do art. 26, III da Lei n. 6.182/98.3. Emitir documento fiscal com valores inferiores ao de mercado, contrariando o que estabelece a legislação estadual que regula o Boletim Informativo de Preços Mínimos de Mercado, constitui infração à Legislação Tributária e sujeita o infrator as penalidades legais, independentemente do pagamento do imposto devido. 4. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 23/04/2012. DATA DO ACÓRDÃO:23/04/2012.

ACORDAO N.3003- 2a. CPJ. RECURSO N.6554 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 372009510004552-8) CONSELHEIRO RELATOR: ROBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA. EMENTA: 1.ICMS - Auto de Infração. 2. Configurada nos autos a situação de Ativo não Regular em que se encontrava o contribuinte na data da realização da ação fiscal, deve ser mantida a decisão monocrática em todos os seus termos. 3. Recurso Voluntário conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 23/04/2012. DATA DO ACÓRDÃO:23/04/2012.

ACÓRDÃO Nº 3002 - 2a. CPJ, RECURSO Nº 7014 – DE OFÍCIO PROC./AINF Nº 012010510000239-0). CONSELHEIRO RELATOR: JOSÉ FERNANDO DOS SANTOS VASCONCELLOS. EMENTA: 1. ICMS – Auto de Infração. 2. Correta a decisão de primeira instância que ratifica a redução do crédito tributário por reconhecimento de falha no levantamento fiscal, situação corrigida por diligência, com comprovação nos autos. 3. Recurso de Ofício conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 23/04/2012. DATA DO ACÓRDÃO: 23/04/2012.

ACORDAO N.3001- 2a. CPJ. RECURSO N.6494 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 102007510005015-1) CONSELHEIRO RELATOR: CARLOS FRANCISCO DE SOUSA MAIA. EMENTA: 1.ICMS - Auto de Infração. 2. A propositura de ação judicial pelo contribuinte com mesmo objeto do recurso, implica renúncia à instância administrativa nos termos do art. 38, parágrafo único da Lei nº 6.830/80 c/c o art. 26, V da Lei nº 6.182/98. 3. Recurso Voluntário não conhecido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 19/04/2012. DATA DO ACÓRDÃO:19/04/2012. ACORDAO N.3000- 2a. CPJ. RECURSO N.7014 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 012010510000239-0) CONSELHEIRO RELATOR: JOSE FERNANDO DOS SANTOS VASCONCELLOS. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Correta a decisão de primeira instância que ratifica a redução do crédito tributário por reconhecimento de falha no levantamento fiscal, situação corrigida por diligência, com comprovação nos autos. 3. Recurso de Ofício conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 19/04/2012. DATA DO ACÓRDÃO: 19/04/2012.

ACORDAO N.2999- 2a. CPJ. RECURSO N.6490 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 102007510005013-5) CONSELHEIRO RELATOR: CARLOS FRANCISCO DE SOUSA MAIA. EMENTA: 1.ICMS - Auto de Infração. 2. A propositura de ação judicial pelo contribuinte com mesmo objeto do recurso, implica renúncia à instância administrativa nos termos do art. 38, parágrafo único da Lei nº 6.830/80 c/c o art. 26, V da Lei nº 6.182/98. 3. Recurso Voluntário não conhecido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 19/04/2012. DATA DO ACÓRDÃO:19/04/2012. ACORDAO N.2998- 2a. CPJ. RECURSO N.6420 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 042008510003132-6) CONSELHEIRO RELATOR: LAURO DE MIRANDA LOBATO. EMENTA: 1.ICMS - Auto de Infração. 2. Correta a decisão de primeira instância que ratifica a redução do crédito tributário por reconhecimento de falha no levantamento fiscal inicial, corrigida por diligência, com comprovação nos autos, bem como por retificação do montante de juros. 3. Recurso de Ofício conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 19/04/2012. DATA DO ACÓRDÃO:19/04/2012.

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 377314

PORTARIA: 0469

Objetivo: Participar do V Seminário do Simples Nacional pela CPME/DFI/SEFA
Fundamento Legal: Decreto nº 2.819 de 06.09.94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s): Brasília/DF - Brasil<br
Servidor(es): 0557014001/DANIEL JAINO BATISTA GOMES (Auditor Fiscal de Receitas Estaduais) / 5.5 diárias (Completa) / de 20/05/2012 a 25/05/2012<br
Ordenador: Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 377327

PORTARIA: 0508

Objetivo: Capacitar os Servidores da CERAT Tucuruí sobre o Projeto de Melhorias do Call Center.
Fundamento Legal: Decreto nº 2.819 de 06.09.94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s): Tucuruí/PA - Brasil<br
Servidor(es): 0515648301/TÂNIA GOMES PEREIRA BRAGA (Agente Administrativo) / 1.5 diárias (Completa) / de 22/05/2012 a 23/05/2012<br
Ordenador: ADILSON JOSÉ MOTA ALVES

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 377342

PORTARIA: 509

Objetivo: Visita Técnica do GAAP a Empresa ICATIL.
Fundamento Legal: Decreto nº 2.4819 de 06.09.94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s): Benevides/PA - Brasil<br
Servidor(es): 0324896801/RIVAIL ARAUJO DE FIGUEIREDO FILHO (Auxiliar de Administração) / 0.5 diárias (Completa) / de 08/05/2012 a 08/05/2012<br
Ordenador: ADILSON JOSÉ MOTA ALVES

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 377348

PORTARIA: 507

Objetivo: Apresentar aos Servidores da CERAT Redenção e Marabá o Projetos de Melhorias do Call Center
Fundamento Legal: Decreto nº 2.819 de 06.09.94
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s): Marabá/PA - Brasil
Redenção/PA - Brasil<br
Servidor(es): 0515648301/TÂNIA GOMES PEREIRA BRAGA (Coordenador Fazendário) / 2.5 diárias (Completa) / de 15/05/2012 a 17/05/2012<br
Ordenador: ADILSON JOSÉ MOTA ALVES
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - SEFA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 377353

PORTARIA Nº 478 DE 03 DE MAIO DE 2012

CONCEDER ao servidor SEBASTIAO MARTINS COELHO JUNIOR, Id Func nº 0324701501, Auxiliar Técnico, lotado na CECOMT Mercadorias em Trânsito, 60 (Sessenta) dias de Licença Prêmio, no período de 15/02/2012 a 14/04/2012, correspondentes ao triênio de 24/07/1996 a 23/07/1999.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
ADILSON JOSÉ MOTA ALVES
Diretor de Administração